ISSN: 2358-8829

AS METAMORFOSES DO TRABALHO E OS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS REFORMAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS

José Paulo Monteiro [1]

INTRODUÇÃO

A virada para o século XXI trouxe uma das mais profundas transformações na forma como os seres humanos produzem e garantem a sua subsistência. Em meio às promessas neoliberais e ao avanço tecnológico digital, o capitalismo redesenhou a própria maneira como as pessoas vivem, se relacionam e aprendem. A reestruturação produtiva e a plataformização da economia transferiram integralmente para o trabalhador os riscos antes pertencentes ao capital, precarizando os direitos conquistados e impondo a lógica do autogerenciamento subordinado sob a ilusão do empreendedorismo livre.

Essa reconfiguração do mundo do trabalho condiciona diretamente as políticas públicas educacionais e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). O Estado, atuando para atender às demandas do mercado flexibilizado, reestrutura a escola pública para moldar trabalhadores adaptáveis, tolerantes e dispostos a aceitar a precariedade como um destino natural. Diante desse panorama, o presente ensaio busca responder à seguinte questão central: como as transformações na morfologia do trabalho, expressas na precarização e na uberização, moldam as políticas, as reformas curriculares e os modelos de gestão da educação no Brasil contemporâneo?

A premissa do estudo é que as recentes reformas educacionais brasileiras, especialmente a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), respondem à necessidade de ajustar a formação humana aos limites do mercado, consolidando uma "educação mínima para cidadãos mínimos" (RAMOS, 2017). O objetivo geral é analisar criticamente as conexões entre a crise do capital, as novas morfologias do trabalho e o

1 Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica – IFSC – email jose.paulo@ifsc.edu.br

gerencialismo na educação brasileira, contrapondo à submissão mercantil a perspectiva da formação humana integral e omnilateral no Ensino Médio Integrado.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O estudo fundamenta-se nos aportes teóricos e metodológicos do Materialismo Histórico Dialético, buscando apreender os fenômenos educacionais em sua totalidade, historicidade e contradição com a base material e econômica da sociedade. A trajetória de pesquisa pautou-se em uma rigorosa revisão bibliográfica e documental de caráter crítico.

O corpus de análise dividiu-se em quatro eixos analíticos interligados: a análise da ontologia e da dualidade histórica da relação trabalho e educação (SAVIANI, 2007; RAMOS, 2017); a investigação sobre as metamorfoses do trabalho, plataformização e uberização (ANTUNES, 2014; ABÍLIO, 2020); a apreensão das redes de empresariamento da educação e do gerencialismo escolar (NEVES; PRONKO, 2008; SHIROMA, 2011; HELOANI, 2018); e a análise documental da legislação recente, especificamente a Lei nº 13.415/2017.

REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão teórica inicia-se com a premissa de Saviani (2007) de que o trabalho é o princípio ontológico da existência humana, sendo o ato pelo qual o sujeito transforma a natureza e se produz historicamente. Na comunidade primitiva, trabalho e educação constituíam uma unidade indissociável. Contudo, o advento da propriedade privada e a divisão de classes fraturaram essa relação, separando o trabalho manual (execução) do trabalho intelectual (planejamento). Essa cisão deu origem à dualidade estrutural do ensino, aperfeiçoada no Brasil ao longo do século XX para garantir uma formação propedêutica e humanística às elites e o treinamento instrumental e assistencialista aos filhos da classe trabalhadora (RAMOS, 2017).

Na contemporaneidade, a reestruturação do capital impõe uma nova morfologia do trabalho (ANTUNES, 2014). A plataformização e a uberização consolidam o que Abílio (2020) conceitua como "autogerenciamento subordinado": o trabalhador assume

todos os custos, ferramentas e riscos da atividade, enquanto o controle sobre suas jornadas, tarifas e ganhos é ditado de forma centralizada e opaca por algoritmos. Restaura-se o regime *just-in-time*, convertendo o trabalhador em um prestador de serviços à disposição contínua das empresas sem qualquer garantia social básica.

No campo da educação pública, Neves e Pronko (2008) evidenciam a transição do "mercado do conhecimento" para o "conhecimento para o mercado", em que o saber é despido de seu caráter emancipatório para se tornar insumo econômico. A construção de consensos em torno dessa lógica dá-se pela atuação capilarizada de *think tanks* e redes empresariais privadas na formulação de políticas públicas (SHIROMA, 2011). No âmbito da gestão escolar, Heloani (2018) aponta que a incorporação da *New Public Management* (Nova Gestão Pública) substitui a gestão democrática por metas quantitativas e avaliações padronizadas, desencadeando um processo sistemático de "neurotização do trabalho docente" e adoecimento psíquico dos profissionais da educação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sistematizou-se os achados empíricos e teóricos da pesquisa em três categorias analíticas fundamentais que evidenciam a captura da escola pública pelas exigências da reestruturação produtiva:

A Legalização da Dualidade Estrutural Modernizada: A análise da Lei nº 13.415/2017 demonstra que a flexibilização curricular promovida pelos itinerários formativos esvazia a Base Nacional Comum Curricular de conteúdos científicos, históricos e filosóficos essenciais. Sob a falsa promessa de escolha do estudante, a reforma impõe um adestramento pragmático e comportamental à juventude trabalhadora, preparando-a para transitar entre a informalidade, o desemprego e o trabalho mediado por aplicativos.

A Colonização Gerencial da Subjetividade Docente: Os dados teóricos revelam que a gestão gerencialista atua como o braço subjetivo da precarização. A imposição de metas corporativas e rankings institucionais responsabiliza individualmente os professores pelos índices educacionais, transformando o sofrimento psíquico decorrente de estruturas precarizadas em suposta falha de "resiliência" ou de controle emocional do educador.

O Ensino Médio Integrado como Práxis Contra-Hegemônica: A contraposição dos achados evidencia que o Ensino Médio Integrado, fundamentado no trabalho como princípio educativo e na politecnia (SAVIANI, 2007; RAMOS, 2017), firma-se como o principal polo de resistência política e pedagógica. A integração entre ciência, cultura, tecnologia e trabalho supera a dicotomia entre o pensar e o fazer, caminhando em direção ao horizonte da omnilateralidade e da formação humana plena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu compreender as conexões profundas e dialéticas entre a crise estrutural do capital, a uberização do trabalho e as reformas que afetam a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. A precarização do trabalho e a consolidação do gerencialismo educacional operam de forma coordenada para conformar sujeitos flexíveis, dóceis e adaptados à ausência de direitos sociais. A Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) atualiza historicamente a dualidade estrutural ao entregar uma formação fragmentada e empobrecida às classes populares.

Conclui-se que a superação desse cenário exige a defesa intransigente do Ensino Médio Integrado, articulando a politecnia e a formação omnilateral como pilares incontornáveis. Reafirmar a escola pública como espaço de desenvolvimento de todas as potencialidades humanas — e não como balcão de negócios ou extensão das plataformas digitais — é condição indispensável para a emancipação da classe trabalhadora e para a transformação da realidade social.

Palavras-chave: Morfologia do trabalho; Uberização; Gerencialismo; Ensino Médio Integrado; Formação omnilateral.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) pelo apoio institucional e incentivo ao desenvolvimento da pesquisa; aos docentes e demais pesquisadores do programa pelo espaço de diálogo e reflexão crítica.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Plataformas digitais e uberização: globalização de um Sul administrado?. Contracampo, Niterói, v. 39, n. 1, p. 12-26, abr./jul. 2020. Disponível em: https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/38579/pdf. Acesso em: 10 jun. 2026.

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. Estudos Avançados, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 39-53, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/zDCryfbtfD3Yw6YXTTB3YXL/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 12 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 11.494, de 20 de junho de 2007 [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 10 jul. 2026.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. O que são Think Tanks?. YouTube, 15 jan. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Cs5o7IazYhQ. Acesso em: 10 jul. 2026.

HELOANI, Roberto. Modelos de gestão e educação: gerencialismo e subjetividade. São Paulo: Cortez, 2018. Disponível em: https://moodle.ifsc.edu.br/pluginfile.php/172347/mod_resource/content/2/Gerencialismo%20e%20educa%C3%A7%C3%A3o_Roberto%20Heloani.pdf. Acesso em: 23 jun. 2026.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2008. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l40.pdf. Acesso em: 26 jun. 2026.

RAMOS, Marise N. Ensino Médio Integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. Revista Labor, Fortaleza, v. 1, n. 18, p. 256-274, 2017. Disponível em: https://revistas.ifes.edu.br/index.php/ept/pt_BR/article/view/356/317. Acesso em: 30 jun. 2026.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, abr. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 23 mai. 2026.

SHIROMA, Eneida Oto. Redes sociais e hegemonia: a construção de consensos para as políticas educacionais. In: AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; CECÍLIO, Maria Aparecida (Org.). Políticas para a educação: análises e apontamentos. Maringá: Eduem,

ISSN: 2358-8829

2011. p. 15-38. Disponível em: https://gepeto.ced.ufsc.br/files/2015/03/capitulo-eneida.pdf. Acesso em: 26 jun. 2026.